

A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA PARA A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE DE LUGAR

KAREN SASAKI¹

Resumo

Este artigo propõe-se a discutir o conceito de identidade de lugar no contexto da globalização e utiliza como moldura teórica os clássicos da Geografia Humanística: Carl Sauer, John Wright, David Lowenthal, Yi-Fu Tuan, Edward Relph e Anne Buttimer. Esses autores foram escolhidos por serem os expoentes da corrente Humanística e terem contribuído para a construção do conceito de lugar e sua representação na configuração da identidade pessoal, a qual é dinâmica, complexa, orgânica e integrada.

Palavras-chave: identidade; globalização; lugar; espaço.

Abstract

This paper aims to discuss the concept of place identity in the globalization's context and how to comprehend the humanistic geography classic theoretical framework. Carl Sauer, John Wright, David Lowenthal, Yi-Fu Tuan, Edward Relph and Anne Buttimer are the authors chosen to presents the contribution to the place's

concept and its representation in the configuration of personal identity, which is dynamic, complex, organic and integrated.

Keywords: identity; globalization; place; space.

1. Globalização e identidade

Autores consagrados (HALL, 2000; BAUMAN, 1999; PEARCE, 2003; BERGER & HUNTINGTON, 2004) são uníssonos em afirmar que a globalização não é mais uma opção disponível, mas uma realidade com a qual se convive, inevitavelmente. Além disso, sustentam que não existe uma única globalização, mas muitas globalizações que influenciam a configuração das identidades humanas das culturas local e global (BERGER & HUNTINGTON, 2004; SOUSA SANTOS, 2002).

Nessa perspectiva, ao discutir os processos identitários em tempos de

globalização o antropólogo francês Michel Agier (2001, p. 9) afirmou que a "antropologia das identidades" foi constituída abordando as culturas humanas de forma contextual, relacional, construtivista e situacional. De acordo com a abordagem relacional

[...] não existe definição de identidade em si mesma. Os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo. [...] A coisa em jogo pode ser, por exemplo, o acesso à terra (caso em que a identidade é produzida como fundamento das territorialidades), ao mercado de trabalho (quando as identificações têm um papel de exclusão, de integração ou de privilégio hierárquico) ou às regalias externas públicas ou privadas, turísticas ou humanitárias (e as identidades podem ser os fundamentos do reconhecimento das redes ou facções que tomam para si essas regalias).

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano. Mestre em Análise Regional. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Salvador – UNIFACS. ksasaki@terra.com.br.

Associado a este movimento global as discussões sobre localidades regionais, geralmente, tendem a ser associadas a um movimento oposto numa onda de reflexos para impor sua diferença no sentido de garantir a segurança de um patrimônio material e imaterial de comunidades locais.

Com Bauman (2005) foi possível identificar que a globalização é um processo dinâmico que afetou as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre o Estado, a subjetividade coletiva, a produção cultural, o dia-a-dia do viver, as relações entre o eu e o outro. Ele (Id. Ibid.) considera, inclusive, que o mundo está fragmentado em pedaços mal coordenados, enquanto nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios conectados que oportunizam situações em que cada indivíduo possa experimentar ideologias, idéias e princípios em diferentes fases da vida podendo defendê-las ou negá-las. É como se as identidades “flutuassem” no ar, algumas de escolha individual, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em volta exigindo alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.

Agier (2001), enquanto antropólogo e pesquisador da cultura e identidade, sustenta que o processo de mundialização/globalização promove movimentos de fortalecimento das identidades culturais ao mesmo tempo em que as dissocia pelo fato das rápidas mudanças de informações, ideologias e imagens.

Para Bauman (1998; 2005) vive-se numa modernidade capitalista e líquida na qual os laços sociais criados podem gerar exigências de proteção e o retorno a um mundo restrito (comunidades) que cria fronteiras e barreiras – ainda que intangíveis – para manter distante o “outsider”, sem se importar quem o seja. Por isso, as sociedades são convidadas a exercitar a sabedoria humana, para buscar adaptar-se à liquidez moderna caracterizada por um conjunto de relações sociais, que

tornou incerto e transitório o conceito de identidade – seja social, cultural ou sexual.

Pode-se inferir que a busca humana pela identidade deve ser considerada como um processo contínuo de definir, reinventar e inventar sua própria história como se o passado nostálgico pudesse ser combinado em concordância com uma modernidade líquida.

Mendes (2002, p. 505) sustenta que a identidade do sujeito é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais e, portanto, são construções relativamente estáveis num processo de atividade social. No entanto, suas bases assentam-se em

acidentes, fricções, erros, caos, ou seja, o indivíduo forma a sua identidade não da reprodução do idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização (MENDES, 2002, p. 505).

Segundo Berger & Huntington (2004, p. 19) a “modernização corrói a autoridade consolidada da tradição e da coletividade e, assim, faz o indivíduo mais confiante”. Ou seja, o aumento de confiança pressupõe aumento de sentimento de liberdade, de novas possibilidades. Nessa perspectiva, a análise dos autores conduz à crença de que a cultura global é atraente para os indivíduos que valorizam ou que já experimentaram a individuação², uma vez que o isolamento da cultura global exige igual isolamento da economia global.

O medo da “perda” da identidade local, e mais uma vez a busca pela segurança de mantê-la viva, gera uma dinâmica com duas possibilidades: a de completa rejeição à globalização ou de proteção da iden-

tidade local buscando valorizar e manter viva, cada vez mais, sua cultura local através da adaptação ao movimento global. Afinal, a globalização é um movimento que se interessa “[...] em dominar a todos em todos os espaços, onde os valores das forças dominantes [são] impostos, aniquilando as especificidades locais e a diversidade, enfim, massificando as individualidades” (TREVIZAN; SIMÕES, 2006, p. 9).

Nesse contexto global, ascende-se a preocupação com o local, e por sua vez, com os sujeitos sociais que se relacionam diretamente com as transformações ora sinalizadas pelos fluxos e processos globais. Ao tratar de sujeitos é imprescindível resgatar a discussão sobre identidade, a qual perpassa pela intangibilidade, ambivalência e plasticidade inerentes à sua configuração epistemológica.

Mendes (2002, p. 506) considera que a emergência das identidades se dá através da constituição mútua da narrativa e do tempo

[...] e são construídas no e pelo discurso, em lugares históricos e institucionais específicos, em formações prático-discursivas específicas e por estratégias enunciativas precisas. [Assim,] a circulação crescente de discursos públicos, de narrativas centrais, fornece recursos individuais e colectivos [sic] para afirmar ou reafirmar essas identidades.

Com as pesquisas sobre a representação do “eu” na vida cotidiana e sobre os papéis sociais que cada indivíduo concebe sobre sua imagem, para si mesmo e para a sociedade, Goffman (1988) constatou que é possível analisar a identidade como o reflexo de um conjunto de subjetividades, o que inclui a sua concepção de mundo, de sociedade

² Para Berger & Huntington (2004, p. 19) a individuação “deve ser vista como um processo social e psicológico que se manifesta empiricamente no comportamento e na consciência das pessoas, independentemente das idéias que elas possam ter a respeito disso”. Vale dizer que individuação é distinto de ‘individualismo’, este que possui relação com um tipo de ideologia.

e de padrões socioculturais que controlam a vida cotidiana. Partindo de suas pesquisas, ele elabora a classificação de três tipos de identidade: (a) *identidade social*, (b) *identidade pessoal* e (c) *identidade de ego*.

Identidade social, ou melhor, identidades sociais são constituídas pelas diferentes categorias sociais, na qual se dá a intersecção de atributos pessoais e estruturais. Pode ser entendida como uma categorização derivada dos contextos sociais onde ocorre a interação social. E, portanto, pode ser classificada em identidade social virtual, que contempla as exigências e características que a sociedade espera do indivíduo; ou identidade social real que são os reais atributos que os indivíduos possuem da sociedade que fazem parte. Nesse contexto, a dinâmica social perpassa pela constante tentativa de migração da identidade social virtual para real.

Essa migração subjetiva da identidade social virtual para real fortalece a busca humana pelo seu reconhecimento como parte integrante de um grupo social e, dessa forma, são construídas histórias comuns, ideologias, formas de pensamento e condutas coletivas que legitimam a identidade social do indivíduo.

A *identidade pessoal* relaciona-se com as características pessoais do indivíduo, as quais são relativamente constantes. Nessa situação a identidade é formada pelo contexto biográfico de cada indivíduo; é transmitida pelo próprio indivíduo; e, é o que caracteriza cada indivíduo como único no meio social. Goffman (1988, p. 96) afirma que “[...] a identidade pessoal tem a ver com o pressuposto de que o indivíduo pode ser diferenciado de todos os outros, e de que a estes meios de diferenciação pode ser colado, entrelaçado, um registro único e contínuo de fatos sociais”. Assim, a identidade pessoal constitui o indivíduo como uma entidade única e integradora.

A *identidade de ego*, por sua vez, é uma questão subjetiva e reflexiva que só pode ser sentida pelo indivi-

“ Moser (2005) esclarece que o ambiente veicula significações, porquanto a visão da natureza humana se exprime na maneira como o espaço é moldado. A partir desse molde, o espaço construído retorna para os indivíduos...” ”

duo. Vai além da sua auto-imagem. É uma combinação do que o indivíduo pensa de si próprio com a construção subjetiva dos processos sociais dos grupos aos quais pertence. É uma identidade que se forma a partir da pressão socializadora de grupos e de rotinas cotidianas.

A partir do exposto, é possível considerar que as identidades são dinâmicas (HALL, 2001; MENDES, 2002; BAUMAN, 2005), construídas socialmente e assumem um sentido para com o indivíduo através da linguagem e sistemas simbólicos representativos (WOODWARD, 2000; HALL, 2000; MENDES, 2002). Além disso, possuem relação direta com o ambiente.

Moser (2005) esclarece que o ambiente veicula significações, porquanto a visão da natureza humana se exprime na maneira como o espaço é moldado. A partir desse molde, o espaço construído retorna para os indivíduos ressignificando identidades e papéis sociais, uma vez que “os lugares têm um passado que contribui para a sua interpretação atual, e um futuro que é suscetível de nos guiar em nossas ações por meio de nossas representações antecipatórias” (Id. Ibid., p. 282).

2. A construção do conceito de identidade de lugar

Para sustentar as assertivas sobre identidade de lugar cabe remeter o diálogo para a teoria dos processos identitários de Breakwell (1992; 1993; 2001) e discutido por vários autores em Breakwell & Lyons (1996) que apresenta quatro princípios de configuração subjetiva da identidade de lugar:

(1) *distintividade*, no sentido de que existe uma singularidade pessoal para que os indivíduos expressem a percepção de aspectos únicos da localidade que permitem distingui-la positivamente de outras (patrimônio arquitetônico, cultural, ambiental, estilo de vida dos moradores entre outros);

(2) *continuidade*, da singularidade do lugar para próximas gerações de forma que todos tenham acesso às características que distinguem o lugar como único;

(3) *auto-estima*, para que exista uma avaliação positiva do lugar ou do grupo de pertença, estando relacionado com o sentimento de valor que é atribuído ao mesmo. Nesse quesito incluem as avaliações como “boa qualidade de vida no lugar” ou “paisagens que encantam”.

(4) *auto-eficácia*, que atesta sua competência de gestão e resposta às exigências situacionais e com o grau em que o ambiente satisfaz as suas necessidades. Aqui está relacionada a capacidade de mobilização social em prol do cuidado com o lugar.

Sendo assim, o conceito de identidade de lugar pode ser construído a partir da interrelação entre as análises dos diferentes níveis de referências espaciais e sociais. Nessa perspectiva, Proshansky, Fabian & Kaminoff (1983) afirmam que o ambiente físico é um contexto social de relações e integração entre indivíduos no qual se desenrolam processos de ordem, desordem, diversidade, estimulação e imagens. Os autores (Id. Ibid., p. 64) afirmam que:

[...] a identidade de lugar dos distintos grupos de uma cultura deve

revelar não só usos e experiências diferentes do espaço e lugar, mas variações correspondentes aos valores sociais, significados e idéias que estão subjacentes aos usos daqueles espaços.

Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) sustentam que os aspectos ambientais e o entorno físico proporcionam o desenvolvimento e manutenção da identidade social. Proshansky (1976; 1978) argumenta ainda que o ambiente físico assume um papel importante na configuração da identidade de lugar. A partir dessa perspectiva, Stokols (1981; 1990), Stokols e Shumaker (1981) e Stokols e Jacobi (1984) concordam igualmente que o espaço articula significados simbólicos que orientam a relação do indivíduo com o ambiente.

Nesse contexto é que, no seio da Geografia Humanística, o conceito de identidade se associa ao lugar, este que é considerado a base da existência humana, através da experiência e relação direta e profunda com o mundo repleto de significados. Afinal, a corrente humanística é flexível e se dimensiona a partir de como seus componentes preferem moldá-la. O espaço vivido relaciona-se com a dimensão da experiência humana dos lugares, ou seja, o modo como o sujeito percebe o objeto.

A Geografia Humanística valoriza o ser humano e revaloriza os conceitos de paisagem, lugar e região destacando a existência dos sujeitos e seu sentimento de pertencimento a um espaço. O lugar assume, então, uma *personalidade*, uma essência vital que se faz presente na história de cada sujeito favorecendo a relação com ele através das suas transformações no decorrer dos tempos.

O lugar torna-se realidade na consciência individual a partir do relacionamento com o espaço, não necessitando ser definido numa dimensão espacial ou imagem específica, limitada. O espaço pode se tornar um lugar; e o lugar traduz lembranças vivenciadas e compartilhadas. Tuan (1983, p. 6) referenda que

“o espaço transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”, independente da extensão territorial. Portanto, o lugar pode existir em diferentes escalas, desde uma poltrona ao planeta Terra.

Harner (2001, p. 660) considera que *place is a process and it is human experience and struggle that give meaning to place. Place identity is a cultural value shared by the community, a collective understanding about social identity intertwined with place meaning*³. Assim, é possível afirmar que o lugar é um núcleo de significados imprescindível para a configuração da identidade individual de cada residente enquanto membro de uma comunidade.

Segundo Camargo e Reis Júnior (2004, p. 101) a geografia humanista engloba

[...] as visões da percepção e do comportamento, verifica a postura holística, na qual a totalidade é sempre superior ao somatório de suas partes, e que, portanto, permite ao pesquisador conhecer a eterna evolução do espaço a partir da percepção kantiana do sujeito. Dessa forma, o geógrafo interpreta hermeneuticamente a complexidade das diferentes variáveis existentes no espaço.

A publicação de *The morphology of landscape* por Carl Sauer⁴, em 1925, marcou o início de uma postura diferenciada no tratamento do espaço geográfico, porquanto a fenomenologia foi inserida na discussão geo-

gráfica com o intuito de traduzir os significados em busca da percepção e da visão cultural do conceito de paisagem. Para Sauer (apud HOLZER, 1999, p. 68) “os fatos da Geografia são fatos do lugar; sua associação origina o conceito de paisagem”.

Holzer (2000, p. 136) afirma que os principais legados de Sauer foram:

[...] manter vivo o culturalismo e o antropocentrismo em meio a um cenário fortemente quantitativo, o que certamente permitiu a reação e ruptura na década de 70; respeitar a diversidade de temas e de interesses como “modus vivendi”, o que a manteve aberta para temas novos como o da percepção ambiental; enfatizar a interdisciplinaridade, permitindo aos geógrafos amplas incursões em outros campos do conhecimento sem o dilema de perder o domínio de seu objeto de estudo; valorizar o trabalho de campo e a recusa dos “a priori”; e, devido diretamente a Sauer, reafirmar a crença de que a geografia estava além da ciência e de que os males atuais seriam sanados pelas próximas gerações, bastando para isso que fosse mantida a liberdade acadêmica.

O estudo da Geografia estava, assim, vinculado ao conceito de “paisagem cultural”, no qual existe uma cadeia de reações que fazem da cultura um agente, da área natural um meio, e da paisagem natural um resultado de relações sociais. Em consonância com Holzer (1999) considera-se que Sauer tenha sido um

³ Lugar é um processo e uma experiência humana que se esforça para atribuir significado ao lugar. Identidade de lugar é um valor cultural compartilhado com a comunidade, um entendimento coletivo sobre identidade social entrelaçada com o significado do lugar.

⁴ A produção de Carl Sauer hoje pode ser classificada no âmbito da Geografia Cultural, a qual é considerada um ramo da Geografia Humana. Mas, pela importância teórica aos estudos geográficos será abordado nesta pesquisa. Ainda que não seja objeto dessa pesquisa, vale dizer que Sauer publicou ainda duas obras de referência que marcaram sua trajetória acadêmica e consolidaram as pesquisas no âmbito da Geografia Cultural e Humanística, são elas: *Recent Developments in Cultural Geography*, de 1927, que denotou a sua posição teórica em direção à Geografia Cultural e Histórica, e *Foreword to Historical Geography*, de 1941, na qual Sauer demonstrou amadurecimento intelectual do seu pensamento e fortaleceu a valorização dos elementos temporais e históricos como intervenientes da relação entre o ser humano e a paisagem.

dos primeiros, a desvincular o conceito de lugar a uma posição estritamente locacional, rompendo com os pressupostos positivistas.

A partir da produção saueriana, a subjetividade foi considerada elemento importante e constituinte da relação entre o ser humano e seu espaço, especialmente, a paisagem que é por ele construída e reconstruída em habitat. Dentre as diversas contribuições de Sauer destaca-se para essa pesquisa a abertura para a possibilidade de interpretação da realidade num contexto interdisciplinar, o que permite dialogar com a filosofia, a psicologia ou a sociologia; bem como a atribuição de valor a estudos que envolvem a percepção ambiental.

Na década de 1940 a dimensão subjetiva nos estudos geográficos emerge com a produção acadêmica **John Kirtland Wright**, tempo em que propõe a *geosofia* como um tipo de estudo menos formal sobre a realidade com a possibilidade de resgate de obras não científicas (e também a imaginação) como fundamento para conhecimento da realidade declarando que as *terrae incognitae* são as mais fascinantes de todas porque envolvem a mente humana.

Como discípulo de Sauer, **David Lowenthal** consolida, a partir da década de 1950, os estudos humanísticos e cognitivos sobre a percepção. A dimensão da percepção ambiental destaca-se como um mecanismo de compreensão da realidade considerando, inclusive, possíveis distorções de interpretação que envolvem os sentimentos individuais quando se faz a leitura da realidade, num determinado tempo histórico. Dessa forma, o que os sujeitos percebem pertence ao mundo 'real' compartilhado pelo grupo; no entanto, independente da vontade individual o ambiente está sujeito a mudanças e transformações. Por isso, Lowenthal (1965, p. 189) ensina que [...] *we need to learn not only like is, but like will become*⁵.

Contemporâneo a Lowenthal, **Yi-Fu Tuan** vai discorrer sobre o con-

“
Espaço e lugar são duas categorias que Tuan vai debruçar-se para explicar e diferenciar no decorrer de sua produção acadêmica. Para Tuan (1983, p. 151) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” ...
”

ceito de lugar, o qual passa a ser compreendido como uma categoria da geografia que transcende a delimitação espacial de uma porção de terra e está contemplada numa dimensão subjetiva das mentes, memórias e histórias de vida onde existe uma relação emocional entre sujeitos.

Espaço e lugar são duas categorias que Tuan vai debruçar-se para explicar e diferenciar no decorrer de sua produção acadêmica. Para Tuan (1983, p. 151) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”; ou seja, o espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental; e o espaço fechado e humanizado é lugar.

Tuan (Id. Ibid., p. 14) considera que o lugar

[...] é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que pos-

sa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar.

Aprofunda ainda, que o lugar atinge a realidade concreta quando a experiência do sujeito com ele é total. Afinal, a experiência

[...] implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (Id. *ibid.*, p. 10).

É através da produção de Tuan que o lugar deixa de ter uma conotação espacial e agrega a experiência vivida dos sujeitos como forma de configuração da realidade. Essa concepção foi influenciada pela fenomenologia de Heidegger e Merlau-Ponty afirmando o interesse nas relações entre conhecimento e existência, além da ressalva para a necessidade de não objetivação da realidade.

Ao publicar *Topofilia*⁶, Tuan (1980) valorizou a experiência enquanto conhecimento do espaço. E, nesse contexto, o lugar vai significar o produto da experiência humana; é “um centro de significados construídos pela experiência” (Id. *Ibid.*, p. 56).

Nessa perspectiva, o homem constrói referenciais afetivos com o lugar que são desenvolvidos ao longo da vida, a partir da convivência. Esses lugares, por sua vez, possuem um conjunto de sensações emotivas, porquanto podem ser considerados seguros e/ou protegidos. É como a diferença entre “casa” e “lar”. Existem inúmeras casas num bairro, mas cada uma delas representa um lar

⁵ [...] precisamos aprender a ver as coisas não apenas como são, mas também como poderão vir a ser.

⁶ Além de ser o título do livro de Tuan, *topofilia* foi um termo criado por ele para representar um traço de afetividade humana ao lugar, o que inevitavelmente, pressupõe a importância da noção do senso de lugar. O sentimento topofílico significa o “amor” por “algum lugar”.

para suas respectivas famílias, um “porto seguro”. Buttimer (1985, p. 228) vai referendar esse argumento ao afirmar que o “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

O método fenomenológico de interpretação da realidade vai ser introduzido na ciência geográfica por **Edward Relph**. Através dele os temas do cotidiano são valorizados, assim como será dada importância à experiência e intencionalidade para leitura e compreensão do mundo de forma holística. Assim, foi possível aproximar-se da realidade a partir da experiência vivida favorecendo a interpretação do espaço para além da conotação geométrica e planejada.

Holzer (1993, p. 127) esclarece que Relph diferenciou as experiências de espaço das experiências de lugar, possibilitando identificar seis tipos de espaço: (a) o *pragmático* ou *primitivo*, ligado à ação inconsciente; (b) o *perceptivo*, ligado à experiência imediata; (c) o *existencial* ou *vivido*, resultado de experiências intersubjetivas; (d) o *arquitetônico* ou do *planejamento*, que envolve a vontade deliberada de construir espaço; (e) o *cognitivo*, que é um constructo teórico; e (f) o *abstrato*, sobre o qual ocorrem as relações espaciais lógicas.

Partindo da apreensão do significado desses diferentes tipos de experiências do espaço, Relph (1979) afirma que os lugares são moldados, individualmente, a partir do entrelaçamento dessas experiências, e ratificando que o lugar não está delimitado numa categoria específica, pois depende da experiência continuada no mesmo espaço, até que seja possível moldar o sentido de lugar.

Relph (1979, p. 19) reforça a idéia de que o sentido de lugar ultrapassa o sentido de localização espacial. O lugar, nesse sentido, se refere a um “tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança”. Continua ainda que “[...] lugar significa muito mais

que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo”. Ou seja, o lugar é analisado e concebido a partir das experiências diretas da consciência individual desenvolvida sobre o ambiente que se relaciona.

Tuan (1983) e Relph (Ibid.) consideram que o lugar é criado pelos seres humanos para propósitos humanos. Ou seja, a identidade e significado do lugar são configurados através da intenção humana e da relação com o cenário físico e atividades ali desenvolvidas.

Assim, a identidade de lugar é configurada através de uma combinação de observação e contato com o lugar, o qual representa um centro de significados. Pode-se inferir, ainda, que há relação entre o lugar e o tempo, uma vez que dificilmente o senso de lugar pode ser adquirido pelo simples fato de se passar por ele uma só vez.

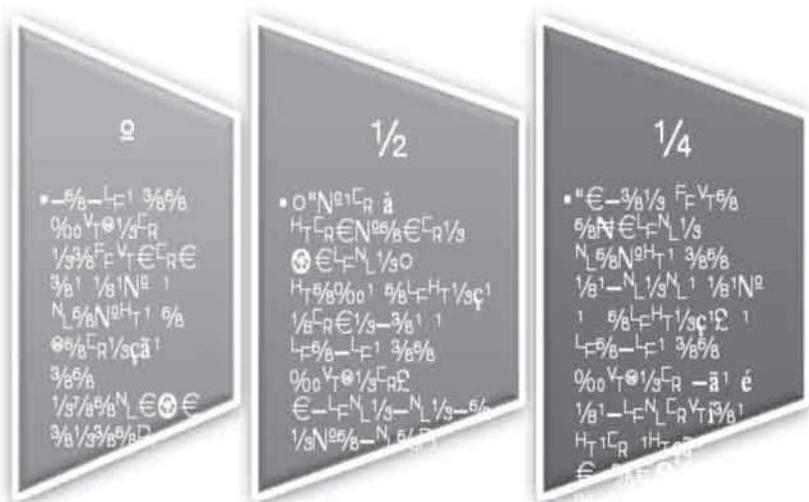
Relph (Ibid., p. 41) afirma que

uma relação profunda com os lugares é tão necessária, e talvez tão inevitável quanto uma relação próxima com as pessoas; sem tais rela-

ções, a existência humana, embora possível, fica desprovida de grande parte de seu significado.

Nesse caso, o contato físico e temporal são imprescindíveis; ainda que seja possível uma “paixão à primeira vista”, como acontece com alguns estrangeiros ao se apaixonarem pela Bahia e aqui mudarem seu estilo de vida e residirem em áreas litorâneas banhadas pelo calor e ao sabor tropical das belezas naturais. Ao contrário, pode ser que o lugar onde se tenha relação direta seja o último lugar com o qual se queira estabelecer algum tipo de relação afetiva, estabelecendo-se assim, uma relação irreal, sem nenhum enraizamento (TUAN, 1983).

Essa última circunstância pode ser exemplificada com casos de crianças que crescem em orfanatos, internatos ou clínicas especializadas ou ainda de indivíduos que precisaram de acompanhamento em instituições de saúde. Esses lugares não são desejosos de retorno, tampouco resgatam memórias afetivas de caráter agradável. Veja a síntese dos tipos de relação entre o espaço e tempo para a construção do senso de lugar na figura 1.



“*Estima-se que setenta mil pessoas foram desterritorializadas e “reterritorializadas” em outros espaços, novos, vazios de história.*”

Dessa forma, Tuan (1983) afirma que o lugar pode adquirir profundo significado emocional para os sujeitos na medida em que eles se relacionam. O lugar é resultado da experiência humana, porquanto um longo período de tempo não é suficiente, nem é requisito para garantia da construção do senso de lugar para um indivíduo, afinal “se a experiência leva tempo, a própria passagem do tempo não garante a experiência” (Id. Ibid. p. 97). O lugar ganha, assim, uma característica “estática” no sentido de que se transforma num ponto “fixo” comum que concentra o encontro de experiências diferentes.

A experiência para Tuan (Ibid.) implica na estratégia de aprendizagem a partir da relação direta e íntima da vida de modo a atuar e criar; sendo que neste atuar envolvem-se o pensamento e o sentimento como elementos de sua modificação e inserção no mundo. É possível inferir, inclusive, que Tuan atribui valor ao autoconhecimento enquanto fundamento para a relação com o *outro*, pois é com relação corporal e do pensamento que o sujeito se relaciona.

Ainda que iniciado por Relph (1980) é com Anne Buttimer que os métodos de pesquisa em geografia recebem, decisivamente, as contribuições da filosofia e a linguagem metafórica passa a permear os textos geográficos. Para Buttimer (1985, p. 170) os conceitos geográficos são

estratégias “perigosas” que podem separar a compreensão dos comportamentos de suas origens. Para tanto, é necessário ao pesquisador a “reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância”.

Buttimer (ibid., p. 178) considera que a experiência do lugar manifesta-se em diferentes escalas, porquanto “cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”. Santos (2002), por sua vez, induz a análise para a dimensão da existência humana considerando que o lugar se refere a um tratamento geográfico do mundo vivido, onde o próximo se superpõe enlaçando as noções e as realidades de espaço e tempo.

De forma geral, o lugar não possui limites concretos e “traduzíveis” para a realidade imediata, uma vez que é uma construção subjetiva individual e, ainda que faça parte do cotidiano dos indivíduos, em muitos casos, eles mesmos não percebem o lugar como tal, a menos que o “seu” lugar seja ameaçado ou sofra algum dano. A demolição da Igreja Primacial da Sé⁷, situada na cidade do Salvador-BA, em 1933, por exemplo, foi motivo de repulsa social e acadêmica. Recomenda-se a leitura das pesquisas de Tavares (2001) e Peres (1999) que retratam com repúdio essa ação pública.

Um bom exemplo de expressão da dimensão de representação do lugar na subjetividade individual é retratado por Santos (2007, p. 129) ao relatar sobre a Igreja da Sé: “este patrimônio esteve localizado durante 381 anos no Centro Histórico de Salvador e, por um capricho das autoridades ditas competentes, foi demolido, o que constituiu uma prova da falta de respeito e, acima de tudo, de visão futura”. Santos (Ibid.) assim

como vários cidadãos soteropolitanos também devem ter sentido que o poder público invadiu “seu lugar” e, sem pedir licença, apagou um registro da história e de lembranças agradáveis de suas vidas.

O mesmo ocorreu com a implantação de barragens em áreas urbanizadas e que as populações locais foram retiradas perdendo com a inundação dos seus “lugares” a referência de um passado de lembranças. Sobradinho, situado no sertão da Bahia, é um bom exemplo, pois inundou 4 (quatro) cidades. Sobre esse processo construção da barragem Souza e Caldas (2009, p. 32) em viagem técnica à cidade de Juazeiro relatam:

Estima-se que setenta mil pessoas foram desterritorializadas e “reterritorializadas” em outros espaços, novos, vazios de história. A inundação de cidades e vilas e o conseqüente apagamento de suas lembranças, de seu passado, foi traumático e deixou, seguramente, muitas seqüelas nestas populações. Esses poucos minutos de visitaçao fazem-nos mergulhar no tempo e refletir que a “paisagem” não é só aquilo que ela aparenta. Ela é plena de subjetividade...

Com a leitura fenomenológica de Buttimer (1985) cada indivíduo tem um “lugar natural” como marco inicial do seu sistema de referências pessoais, o qual recebe influências dos seus espaços circundantes que são associados ao seu lugar natural. Assim, é possível estabelecer uma relação dialógica entre os indivíduos e os lugares. Articulando ao exemplo citado sobre a Igreja Primacial da Sé pode-se concluir que ações públicas dessa natureza acontecem porque seus planejadores urbanos têm dificuldade de perceber as relações históricas e humanas que estão ligadas ao ambiente urbano de forma intrínseca quando projetam reformas e/ou expansão invasiva da rede urbana.

⁷ A Igreja Primacial da Sé foi demolida em 1933 com o argumento do poder público de melhoria do sistema de transporte urbano de Salvador. Em parte do seu território foi construída uma praça.

Buttimer partiu da experiência vivida (*lifeworld*) como alternativa à ciência objetiva de caráter positivista, adequando conceitos da fenomenologia e existencialismo à Geografia e moldando teoricamente a Geografia Humana; afinal, era necessário diferenciar, conceitualmente, o espaço vivido do espaço representacional; e, metodologicamente, a experiência subjetiva da experiência objetiva.

Segundo Holzer (1993, p. 126), Buttimer concluiu que a pesquisa em geografia perpassa por três caminhos:

(a) a construção do espaço como um mosaico de lugares que refletem as vontades, os valores e a memória humanos; (b) o estudo do espaço social, que filtra os sistemas sociais e as redes de interação; e (c) o estudo do espaço em termos de processos ecológicos e de sua organização funcional.

Independente da linha teórica adotada, dentro da Geografia Humanística é importante considerar que

For [humanistic geographers], place is never merely an object. It is always an object for a subject. It is seen, for each individual, as a center of meanings, intentions, or felt values; a focus of emotional or sentimental attachment; a locality of felt significance (PRED, 2007, p. 1).

Assim, em concordância com Holzer (1999, 2005) e Tuan (1983) o conteúdo dos lugares é produzido pela consciência humana e por sua relação subjetiva com as coisas e com os demais seres humanos com os quais se relaciona. O lugar, além de ser uma “localização”, é um “artefato único” repleto de significados individuais e coletivos.

3. Considerações finais

Considerando que cada indivíduo possui um nível distinto de percepção do lugar, seja o habitado ou o visitado, os pressupostos teóricos da Geografia Humanística favorece-

ram a compreensão sobre a intrínseca relação entre indivíduo e ambiente. Além disso, essa corrente teórica demonstrou a importância da valorização do recorte espacial “lugar” enquanto um espaço no qual as idéias, sentimentos espaciais e emoções dos sujeitos que o compartilham são considerados; bem como expôs concepções que buscaram, inclusive, abordagens mais humanas da questão ambiental e da conscientização do indivíduo.

As principais críticas sobre a geografia humanística foram lançadas por Entrikin (1980) ao propalar que a sua metodologia e base filosófica eram uma alternativa inviável para a ciência geográfica por não estarem erguidas em bases sólidas suficientes para ser moldada como um ramo científico da geografia. Para ele os humanistas praticavam uma simples crítica ao positivismo com léxico “fenomenológico”.

Essas proposições de Entrikin (*Ibid.*) ecoaram no mundo acadêmico a ponto de Relph criticar artigos de seus contemporâneos Tuan e Buttimer (HOLZER, 1993). O ponto positivo foi que essas mesmas críticas fomentaram o desenvolvimento de pesquisas aprofundadas sobre o humanismo (RELPH, 1981) e sobre a relação da fenomenologia com as ciências naturais (PICKLES, 1985).

Ainda assim, o conceito de identidade de lugar no âmbito da corrente humanista ganhou força com um caráter pluriparadigmático. Segundo o seu expoente Yi-Fu Tuan (1983) o lugar é necessariamente constituído a partir da experiência que se tem do mundo.

O que vale considerar é que “o pensamento humanista é uma ponte entre a modernidade e a pós-modernidade na geografia” (HOLZER, 1993, p. 139). Afinal, a Geografia Humanística está aberta e flexível às contribuições de outras áreas do conhecimento, bem como às recentes inovações científicas, sem que isso signifique falta de rigor do método de análise ou observação.

Referências

AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.

BAUMAN, Z. **Identidade** – entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERGER, P.; HUNTINGTON, S. P. **Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BREAKWELL, G. M. Integrating paradigms: Methodological implications. In: G. Breakwell; D. Canter (Org.). **Empirical approaches to social representations**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

_____. Processes of self-evaluation: Efficacy and estrangement. In: G. Breakwell (Org.). **Social psychology of identity and the self-concept**. Surrey, Guildford, UK: Surrey University Press, 1992.

_____. Social representations constraints upon identity processes. In: G. Philogene; K. Deaux (Org.), **Representations of the social: bridging theoretical traditions**. London: Blackwell Publishers, 2001, p. 271-284.

BREAKWELL, G. M.; LYONS, E. (Org.). **Changing European identities: social psychological analyses of social change**. International series in social psychology. Oxford: Elsevier, 1996.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo-vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo, Difel, 1985. p. 165-193.

CAMARGO, J. C. G.; REIS JÚNIOR, D. F. C. Considerações a respeito da geo-

grafia neopositivista no Brasil. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 29, n.3, p. 355-382, set./dez., 2004.

ENTRIKIN, J. N. Contemporary Humanism in Geography. **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 5-30, 1980.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Quem precisa de identidade? In: TADEU DA SILVA, T. *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HARNER, J. Place identity and copper mining in Sonora, Mexico. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 91, n. 4, p. 660-680, dez. 2001.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 67-78, jul.-dez., 1999.

_____. A geografia humanista anglo-saxônica – de suas origens aos anos 90. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1/4, p. 109-146, jan.-dez., 1993.

_____. Nossos clássicos: Carl Sauer (1889-1975). **Revista Geographia**, Niterói, RJ, v. 2, n. 4, p. 135-136, 2000.

_____. A geografia cultural e a história: uma leitura a partir da obra de David Lowenthal. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 23-32, jan./dez., 2005.

LOWENTHAL, D. English Landscape Tastes. **Geographical Review**, Louisiana, Estados Unidos, v. 55, n. 2, p. 186-222, 1965.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SOUSA SANTOS, B (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 503-540.

MOSER, G. A psicologia ambiental: competência e contornos de uma disciplina. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. 1/2, p. 279-294, 2005.

PEARCE, D. **Geografia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

PERES, F. R. **Memória da Sé**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1999.

PICKLES, J. **Phenomenology, science and geography**: spatiality and the human sciences. Cambridge: Cambridge University, 1985.

PROSHANSKY, H. M. The Appropriation and Misappropriation of Space. In: KOROSEC, P. (Ed.). *Appropriation of Space. Proceedings of the Strasbourg Conference*, p. 31-45, Louvain-la-Neuve: CIACO, 1976.

_____. The city and self-identity. **Journal Environment and Behavior**, v. 10, n. 2, p. 147-169, 1978.

PROSHANSKY, H.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. Place identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**. Nova York, Elsevier, v. 3, p. 57-83, 1983.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr., 1979.

_____. **Rational landscapes and humanistic geography**. Londres: C. Helm, 1981.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, T. N.. Igreja Primacial da Sé: a trajetória de um patrimônio apagado em nome do progresso. In: SOUZA, R. C. A.; MOUSINHO, M. C. A.; SÁ, N. C. (Org.) **Turismo cultural**: novos desafios. Salvador: UNIFACS, 2007. p. 129-139.

SOUZA SANTOS, B. Os processos da globalização. In: SOUSA SANTOS, B (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-103.

SOUZA, R. C. A; CALDAS, A. S. **Viajem ao São Francisco**. Salvador: UNIFACS, 2009. Série Expedições 1.

STOKOLS, D. Group x place transactions: some neglected issues in psychological research. In: MAGNUSSON, D. (Ed.). **Toward a psychology of situations**: an interactional perspective, 1981. p. 393-415.

_____. Instrumental and spiritual views of people-environment relations. **Journal American Psychologist**, v. 45, n. 5, 641-646, 1990.

STOKOLS, D.; JACOBI, M. Traditional, present oriented, and futuristic modes of group-environment relations. In: GERGEN, K. J.; GERGEN, M. M. **Historical social psychology**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1984. p. 303-324.

STOKOLS, D.; SHUMAKER, S.A. People in places: a transactional view of settings. In: HARVEY, J.H. (Ed.). **Cognition, social behavior, and the environment**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1981. p. 441-488.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: EdUFBA, 2001.

TREVIZAN, S. D.; SIMÕES, M.L. Global e local: conflito ou complementaridade. In: TREVIZAN, S. D. (Org.). **Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local**. Ilhéus, BA: Editus, 2006. p. 9-14.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WOODWARD, K. Identidade e diferença. In: TADEU DA SILVA, T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.